

**A PERSPECTIVA DO PATRIMÔNIO MATERIAL
URBANO E RURAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA
O PLANEJAMENTO REGIONAL DO SETOR
AGROINDUSTRIAL**

Evelyn Gregory Moraes

evelyngregory@uol.com.br

GLOBAL MULTICURSOS - JUNDIAÍ/SP

Roberto Righi

robrighi@mackenzie.com.br

UNIVERSIDADE MACKENZIE – SÃO PAULO

A PERSPECTIVA DO PATRIMÔNIO MATERIAL URBANO E RURAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL DO SETOR AGROINDUSTRIAL

Evelyn Gregory Moraes; evelyngregory@uol.com.br

Roberto Righi¹; robrighi@mackenzie.br

Resumo: Neste artigo destaca-se a existência atual de uma ambigüidade básica nas questões referentes ao patrimônio material urbano e rural da agroindústria. Por um lado, ele pode representar uma forma de encobrir interesses políticos, pois o patrimônio era desvalorizado até recentemente levando ao se abandono, mas com o forte crescimento econômico e a demanda de novos espaços há uma pressão para colocação destas áreas no mercado, que se contrapõe ao valor cultural. Por outro, ele pode exprimir a materialização do desenvolvimento espacial mais amplo, referente à política econômica refletida na arquitetura, nos espaços de produção e configuração espacial, como na experiência do Chile. Este trabalho examina esta dupla dimensão do patrimônio material inserido no planejamento e mostra um exemplo regional incluído neste conceito. O questionamento destas duas dimensões do patrimônio material urbano e rural da agroindústria é elemento presente na discussão das políticas de preservação na região de Jundiaí, no estado de São Paulo, Brasil. As políticas de preservação deveriam abordar um dos componentes de planejamento, em especial o da agricultura, no caso representado pela uva e café, e outro setor industrial/artesanal: do vinho. O patrimônio da agroindústria, neste sentido, exprime novas demandas e atores que emergem como expressão da importância atual para o desenvolvimento local e regional.

Palavras chave: Planejamento regional; desenvolvimento espacial; setor vinícola; Jundiaí – Brasil.

¹ Programa de Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, Brasil. Rua da Consolação, 896.

INTRODUÇÃO

Neste artigo destaca-se a existência atual de uma ambigüidade básica nas questões referentes ao patrimônio material urbano e rural da agroindústria. Por um lado, ele pode representar uma forma de encobrir interesses políticos, pois o patrimônio era desvalorizado até recentemente, mas com o forte crescimento econômico e a demanda de novos espaços há uma pressão para colocação destas áreas no mercado, que se contrapõe ao valor cultural. Por outro, ele pode exprimir a materialização do desenvolvimento espacial mais amplo, referente à política econômica refletido na arquitetura, espaços de produção e configuração espacial, como na experiência do Chile. Este trabalho examina esta dupla dimensão do patrimônio material inserido no planejamento e mostra um exemplo regional incluído neste conceito. O questionamento destas duas dimensões do patrimônio material urbano e rural da agroindústria se utiliza na discussão das políticas de sustentação da agricultura na região de Jundiaí no estado de São Paulo, Brasil, em especial da uva e do vinho e do café, exprime novas demandas e atores que emergem como expressão da importância atual para o desenvolvimento local e regional.

Atualmente as intervenções em antigos espaços de produção industriais são orientadas pelas necessidades e disponibilidades de áreas urbanas ou rurais próximas de centros urbanos, disponíveis para novos usos, em contraposição a sua importância histórica e cultural.

A questão das antigas áreas industriais desativadas ou em funcionamento sejam elas urbanas ou rurais, e de novas alternativas para sua valorização, são temas que vem assumindo uma significativa representatividade nas políticas de planejamento local e regional e do desenvolvimento em diversos países. De fato as áreas localizadas em grandes centros urbanos ou em cidades do interior, não poderiam passar sem serem notadas frente às atuais transformações que se conhece, principalmente em cidades muito próximas a grandes centros urbanos. Além da localização privilegiada, estas áreas representam reservas potenciais de terrenos subaproveitados com um conjunto de vantagens para implantação de novos empreendimentos, e que vem despertando a atenção de diversos setores envolvidos na produção e transformação das cidades. Além do mercado imobiliário privado, o poder público tem mostrado grandes interesses nessas áreas e em seu potencial fundiário e econômico para o desenvolvimento de projetos urbanos.

O enfoque adotado parte da teoria proposta por Bedrack de planejamento regional e local desenvolvida no Chile. A função regional da direção econômica central se materializa e exerce através de um instrumento que expressa um conjunto coerente de políticas regionais e que constitui a estratégia de desenvolvimento espacial para o país em sua totalidade. (BEDRACK, 1973).

A prática da preservação e do restauro urbano e rural com enfoque para as especificidades teórico-operacionais envolvidas no tratamento de sítios urbanos e rurais industriais de interesse cultural.

“Supõem-se, que as áreas mais antigas de cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Ouro Preto e São Paulo, no Brasil; e Lisboa, Óbidos e Coimbra, em Portugal apresentam em comum uma natureza orgânica, espontânea ou informal na cultura urbanística lusitana transposta para a realidade brasileira, um urbanismo em “corredeira”, adaptado às novas exigências, com um partido urbanístico em acrópole escolhido para sua implantação, como no caso de Ouro Preto.”(RIGHI, 2006: 2-3)

O aprofundamento teórico, objetiva verificar a aplicabilidade dos princípios do planejamento do restauro urbano/rural na intervenção prática em exemplares do patrimônio agroindustrial em Jundiaí, no estado de São Paulo.

Neste processo investigativo, os caminhos e aprofundamentos necessários, para fundamentar tais intervenções, respeitando as especificidades deste patrimônio, os instrumentos de planejamento e as demandas de planejamento para o desenvolvimento regional.

Apesar das questões econômicas e estratégicas de planejamento estarem envolvidas na atuação de recuperação e dinamização de áreas subutilizadas, uma particularidade essencial tem sido deixada para segundo plano: a caracterização destas regiões como patrimônio cultural e paisagens únicas.

Um aspecto de grande importância para o tratamento de áreas de interesse cultural e do patrimônio industrial é a discussão da necessidade de integração entre os estudos de preservação e as iniciativas advindas do planejamento regional, denominada de conservação integrada, método que apresenta como caminho a contribuição interdisciplinar para o tratamento do patrimônio urbano citados na Declaração de Amsterdã em 1975.

Outros dois documentos primordiais aprofundam aspectos específicos no que tange a atuação em sítios urbanos, a Carta de Veneza de 1965 e a Carta de Washington de 1986.

Na conservação integrada, na fase executiva de um projeto de intervenção, deve-se buscar um esforço conjunto na elaboração deste projeto, que consideram concomitantemente e adequadamente tanto as exigências de preservação do patrimônio, quanto de planejamento para desenvolvimento urbano e regional.

Há uma preocupação nas Prefeituras de cidades de onze municípios da região de Jundiaí do interior do estado de São Paulo. Jundiaí, em especial, está em processo de implantação de políticas de preservação para manter seu patrimônio material cultural com criação do Conselho Municipal do Patrimônio. A finalidade destas ações efetivas é para que este patrimônio não seja consumido pela pressão imobiliária e estão sendo implantadas para valorização das áreas urbanas e rurais com rico patrimônio cultural existentes.

No município de Jundiaí há vários bairros, com diversos tipos de edificações antigas, fabris, espaços produtivos ativos e inativos de café, uva e vinho. Há nestes espaços a configuração condicionada pela presença marcante de atividade industrial entre meados do século XIX e a década de 1960, quando as indústrias de maior porte começaram a deixar a região.

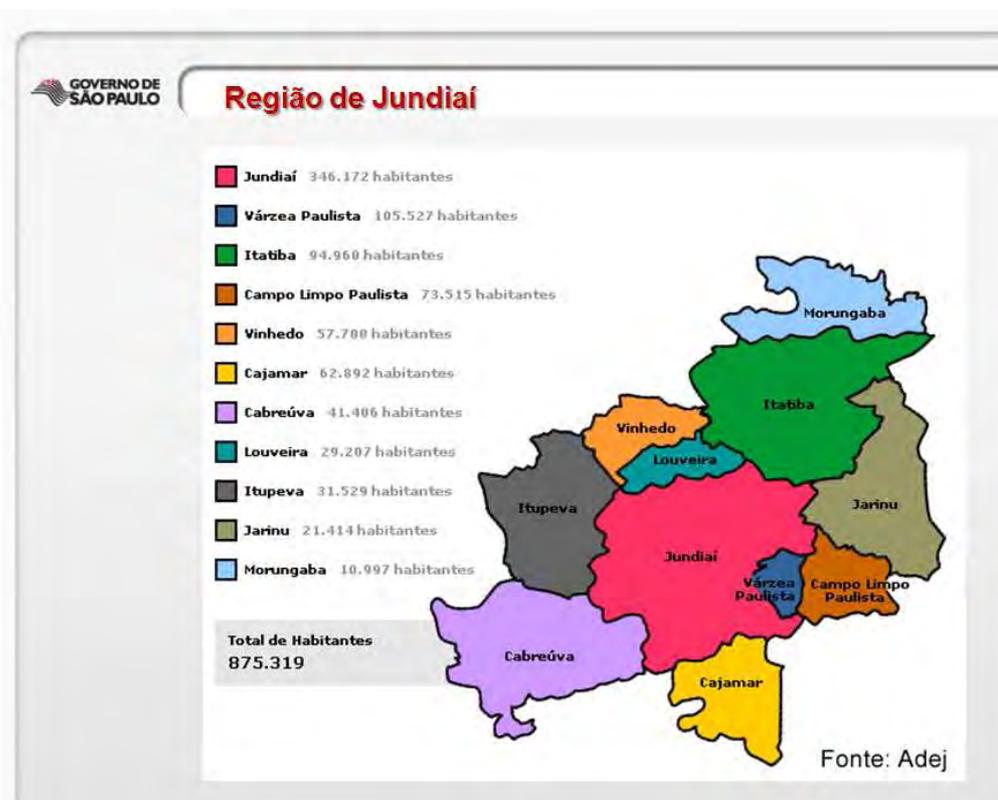


Figura 1 – Composição e população municipal da região de Jundiaí

Fonte: SEADE, 2008.

Na região há áreas com patrimônio material urbano e rural a serem destacadas. No nordeste do município de Jundiá e parte do de Jarinu existe uma importante área produtora de uva e vinho industrial e artesanal, e de frutas a noroeste do mesmo município e outra, ao sudoeste de Jundiá, onde se localiza o importante patrimônio natural tombado pelo Condephat- a Serra do Japi- com antigas fazendas de café, destacando-se ampla propriedade rural denominada Fazenda Ermida e a Fazenda São Francisco das Montanhas.

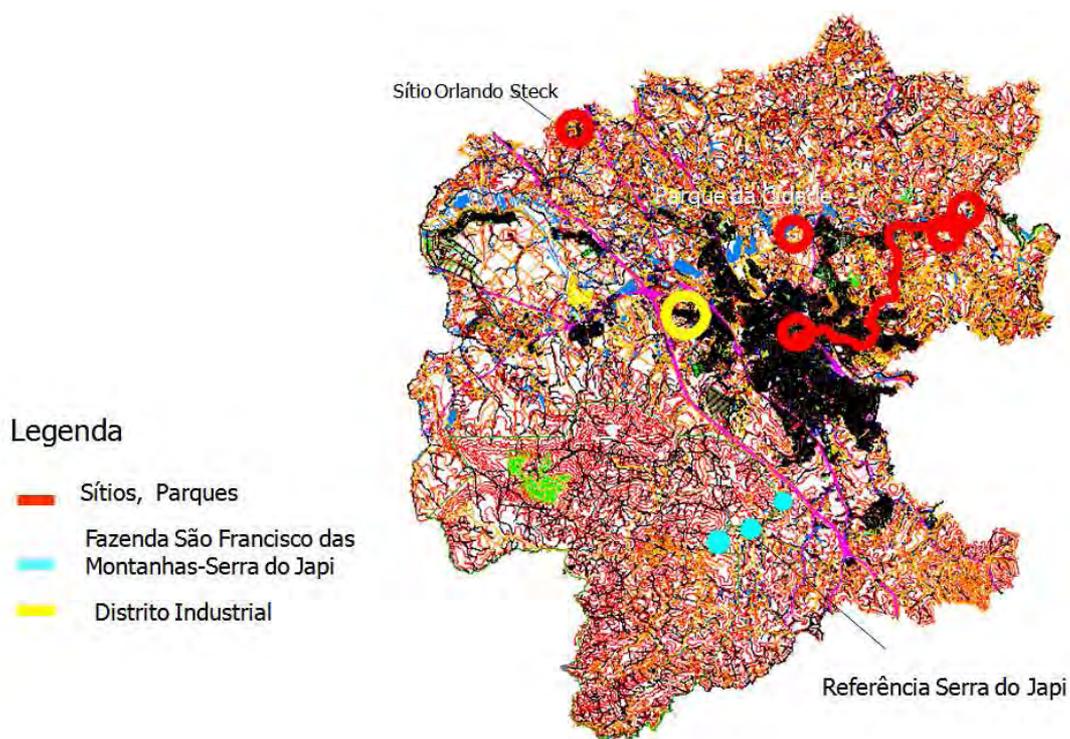


Figura 2 – Jundiá e áreas de patrimônio rural e patrimônio urbano em área central
Fonte: Moraes E.G., 2007

Este perímetro é marcado por áreas subutilizadas, às vezes abandonadas, a municipalidade pretende promover transformações revitalizadoras com o intuito de dinamizar a região e criar instrumentos de preservação e valorização, observando-se algumas citações referentes a este assunto, que foram incluídas no plano diretor do município de Jundiá.

1. CONCEITUAÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL E NACIONAL

Do ponto de vista utópico, a perspectiva das políticas públicas de âmbito nacional, a função da política econômica se materializa pela estratégia de desenvolvimento espacial ou configuração espacial, para um país em sua totalidade, que unifica

objetivos comuns, através de um instrumento de planejamento que expressa um conjunto coerente de políticas regionais.

Essa política econômica é a forma ideal para nortear a estratégia de desenvolvimento espacial, refletindo diversas ações principais de planejamento regional. Segundo Bedrack em seu trabalho voltado ao Chile, que enfocava as necessidades e principais características desta complexa ação do Estado sintetiza os seguintes pontos principais (BEDRACK, 1973):

1. É necessário traduzir regionalmente os objetivos globais do desenvolvimento econômico e social, enriquecendo-os e facilitando seu melhor cumprimento;
2. É preciso definir as regras que vão classificar as distintas regiões, harmonizando os interesses locais e regionais com as respectivas potencialidades para que contribuam melhor ao longo dos objetivos nacionais;
3. É fundamental criar um marco de referência concreto para centralizar a ação dos organismos de decisão regional, que devem constituir parte integrante do sistema de direção central;
4. É essencial modificar o trabalho orientado pela conjuntura ou de curto prazo, dando-lhe um sentido de perspectiva no médio e longo prazo, que marque os planos operativos anuais e que contribua para o entendimento por parte da população;
5. Urge dimensionar de forma real o desenvolvimento regional, para que se possa prever o uso dos recursos financeiros e humanos em função dos objetivos globais de desenvolvimento;
6. É básico relacionar diretamente os setores produtivos com o potencial de recursos que oferecem as distintas regiões do país, adequando para eles o desenho e uso de infra-estrutura física;
7. Cumpre abrir novas áreas de investigação enfatizando seu conteúdo em termos espaciais e facilitando o contato com os institutos de investigação, em uma ótica de coordenação central.
8. É necessário entregar pautas ou metas para adequar o aparato, formado pelos recursos humanos, financeiros, materiais, base dos recursos institucionais regionais e dos estados, que assegurem uma maior racionalidade e eficiência à direção central.
9. Finalmente, é preciso entregar à população regional uma imagem integral que constitua uma referência para introduzir as tarefas diárias que se deve enfrentar. Neste sentido é um instrumento político-técnico canalizador do potencial de participação construtiva.

Ao se tomar por base de referência esta visão de planejamento regional, deve-se considerar que deve existir uma preocupação das políticas públicas, trabalhando para potencializar os setores produtivos e mais especificamente frente ao tema da produção de vinho, com a finalidade de estimular regiões locais e promover o desenvolvimento regional.

A pergunta que imediatamente surge é: o que está sendo elaborado para a dinamização sustentável do espaço rural no Brasil, e mais especificamente na região de Jundiaí, a partir das novas tecnologias e de pesquisas voltadas para o agronegócio deste setor?

Quais são as políticas públicas existentes no Brasil para auxiliar no desenvolvimento de regiões a partir do setor vinícola?

Considerando estes aspectos, voltados a um determinado segmento econômico, o da produção vinícola, pode-se enfocar o que ocorreu em outros países mais organizados e portadores de teorias e experiências promissoras que teriam grande utilidade em sua aplicação no Brasil.

Assim, diversos países da Europa criaram já nos anos 70, incentivos econômicos e subsídios orientados por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de pequenas cidades, como França, que possui cerca de 40 000 comunas, unidade política equivalente ao município brasileiro.

A aplicação destas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento mais equilibrado abriu o caminho para que a discussão sobre o montante, a distribuição e o próprio sentido das ajudas públicas à agricultura. Desta forma, foi colocada na ordem do dia, não só no plano internacional, sobretudo no interior das próprias sociedades européias.

Foi possível encaminhar uma modernização da gestão da agricultura, que era desde o início ao final dos anos 1950 um tema exclusivo dos agricultores e do Estado. Com esta mudança passou a mobilizar um conjunto variado de atores que questionavam, cada vez mais, o destino puramente agropecuário das subvenções estatais.(ABRAMOVAY,2002).

Assim, houve um processo praticamente internacional de aperfeiçoamento da gestão que se refletiu diretamente nas políticas voltadas à viticultura. Assim em países como: EUA nas regiões de Napa Valley na Califórnia; na Austrália, na Argentina, no Chile, na França e na Itália há um desenvolvimento a partir de estímulos destas políticas mais amplas e articuladas. Desta forma a Itália tornou-se a maior produtora de vinho.

Por outro lado, pode-se afirmar que a cadeia produtiva da uva, do vinho e dos demais derivados no Brasil tem mostrado importante evolução qualitativa e quantitativa, bem como tem ampliado significativamente suas fronteiras. Novos estudos foram feitos neste setor, inclusive a valorização do patrimônio cultural, apresentados em Congressos e até chamado a atenção de autoridades públicas.

Entretanto, o crescimento deste setor da economia, tão significativo, tem seus fundamentos em um conjunto de bases de políticas públicas, investimentos privados, estratégias de capacitação. Como suporte à viabilização de todas estas bases deve existir inovação tecnológica, orientada por pesquisas e inovações desenvolvidas devidamente apoiadas por instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino.

As regiões do Brasil produtoras de uva e vinho que se preocupam em manter ativas as áreas agrícolas apresentando o desenvolvimento espacial estão especialmente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Estas áreas produtoras de uva e vinho buscam dinamizar ou valorizar regiões produtoras sempre ressaltando o patrimônio cultural, o planejamento regional e a gestão pública.

Entretanto, existe uma ambigüidade básica no planejamento regional. Por um lado, ele pode representar uma forma de encobrir interesses políticos. Por outro, ele pode exprimir também a materialização do desenvolvimento espacial referente à política econômica. Este trabalho avalia esta dupla dimensão do planejamento e descreve um exemplo regional incluído neste conceito. O resultado é o questionamento do próprio sentido das políticas de sustentação de um setor do planejamento: o da agricultura nas sociedades contemporâneas. O planejamento, neste sentido, exprime novas demandas e atores que emergem como expressão da importância atual do desenvolvimento nacional.

2. CARACTERIZAÇÃO DE UM EXEMPLO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DE UVA E VINHO – ZONA CENTRAL DO CHILE

A heterogeneidade dos recursos naturais da Zona Central permite um certo grau de especialização produtiva nas diferentes áreas e regiões que a compõe no marco de um sistema econômico-espacial complementar.

Esta especialização e complementaridade tornam-se necessárias para que o sistema em seu conjunto alcance um maior rendimento em seus fatores produtivos.

Pela proximidade entre as distintas áreas especializadas, se dá uma gama de atividades diversificadas dentro de âmbitos especiais economicamente alcançáveis por toda a população, condição esta necessária para o desenvolvimento integrado.



Figura 3 - Regiões, sub-regiões e zonas vinícolas do Chile

Fonte: Atlas del vino, 2007.

A ocupação densa e formando um contínuo geoeconômico com características similares leva um maior fluxo interno de bens, com a conseqüente redução dos custos de transporte e a maior acessibilidade da população aos serviços que necessariamente tem que concentrar-se em determinados locais.

A tese central de desconcentração adotada no Chile apresenta os conceitos de integração longitudinal e áreas de integração, de acordo com a forma alargada natural do país que implica um intercâmbio e relação espacial linear de Sul a Norte.

As áreas de integração significam incorporar a cada uma das unidades espaciais, com vistas a obter o máximo benefício social dos recursos existentes nelas.

Assim define-se uma dupla função desta integração: o país é unificado em sua totalidade e cada zona ou região se integra a uma só realidade territorial. Assim as três zonas principais do Chile ressaltam suas características particulares, que condicionam o crescimento da área, sendo necessária uma reestruturação corretiva do espaço geoeconômico nacional, principalmente na zona central.

A estratégia para o setor agropecuário chileno é a necessidade de um incremento acelerado da produção, de maneira a cobrir a oferta que obriga ao país a importar alimentos, sacrificando parte de seus ingressos externos. O rápido incremento da demanda de bens de consumo essencial acentuou o desequilíbrio existente entre oferta e demanda de produtos agropecuários.

O segundo problema na agricultura é a redução de êxodo rural-urbano e migrações inter-regional. A elevação geral dos ingressos e das desigualdades entre regiões estão condicionadas pela evolução da produtividade da mão de obra, a qual no caso da agricultura, depende de duas variáveis:

- a. O rendimento da terra, ou produto por unidade de superfície;
- b. A relação homem-terra ou ocupação equivalente na mesma superfície.

Existe uma disparidade das variáveis nas províncias e regiões: produtividade, rendimento e relação homem-terra. Destacam-se os desequilíbrios entre áreas e regiões, como consequência do enorme potencial de recursos não incorporados. Assim, 55% da superfície agrícola é usada em cultivos. Prioriza-se instalar projetos agro-industriais.

O setor agropecuário será o responsável do primeiro impulso desconcentração que será acompanhado pelo desenvolvimento dos grandes complexos industriais, já que a dinamização do agro depende de uma melhor vinculação urbano-rural. A plena incorporação dos recursos potenciais independente de mudanças tecnológicas, que permitirá aumentar a produção em quase uns 80%.

A incorporação de terras requer uma grande mudança em infra-estrutura e implementos de produção. Em termos físicos significa incorporar 150.000 hectares por ano de quais 50.000 são de rios. Além disso, um fator condicionante na ampliação de área cultivada nas províncias do Norte e Central é o aumento da eficiência do uso da água.

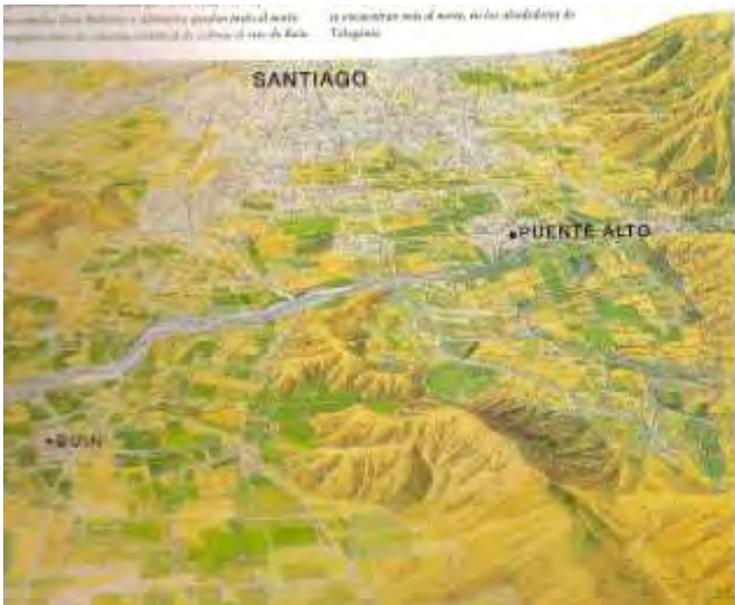


Figura 4 - Vale de Maipo é a região de vinho mais famosa do Chile com a Quebrada de Macul e Cousino Macul estão hoje quase engolidos pela expansão urbana.

Fonte:Atlas del vino, 2007.

A maior eficácia econômica permite que a utilização agrícola apresente uma produtividade capaz de competir com outros usos urbanos, como em Santiago do Chile. Esta experiência é particularmente importante para o caso de Jundiaí, onde as áreas de uva e vinho encontram-se no interior da área urbanizada. Felizmente as sucessivas municipalidades de Jundiaí preocuparam-se com a questão, aumentando o controle sobre o processo de ocupação do solo.

3. O PLANEJAMENTO REGIONAL E A POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL

Em seu estudo sobre a produção de uva e vinho, Souza (2002) apresenta a expansão do setor, e considera que a produção está presente em diversas regiões do país. No entanto como cultura organizada, de expressão econômica, está estabelecida em apenas dez estados constituindo, na maior parte das regiões produtoras, exploração agrícola de pequenas propriedades, com marcante característica de produção familiar.

Parte dos vinhos brasileiros é proveniente de regiões vitivinícolas situadas nos estados de Minas Gerais (municípios de Andradas, Caldas, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas), Paraná, Pernambuco (Santa Maria da Boa Vista e Santo Antônio, respectivamente), Santa Catarina (Urussanga) e São Paulo (Jundiaí e São Roque). No entanto, essas regiões cultivam quase que exclusivamente uvas americanas (Isabel, Niagara, etc.) que originam apenas vinhos de categoria inferior. Está em curso uma

mudança, pois algumas vinícolas já começaram a produzir vinhos elaborados com uvas européias. (MEYEN, 2005).

Cumprir observar que a produção de uva e vinho vem aumentando no Brasil a cada ano e que a principal área produtora brasileira é a região sul, em especial o Rio Grande do Sul, que abriga 90 % da produção nacional.

O Rio Grande do Sul, além de ser o estado de melhor e maior produção vinícola também é sede da UVIBRA (União Brasileira de Vitivinicultura) e da ABE (Associação Brasileira de Enologia) entidades que perseguem a melhoria do vinho brasileiro. Existem também diversas associações de vinicultores no estado, como a AGAVI (Associação Gaúcha dos Vinicultores), APROMONTES (Associação de Produtores dos Vinhos dos Altos Montes), APROVALE (Associação dos Produtores de Vinhos do Vale dos Vinhedos).

A produção de uvas está inserida no contexto de exportação de frutas como descrito em artigo de Araújo (2008). Esta atividade depende muito da qualidade dos produtos. Para tanto atua o Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP que possui como uma das suas principais atividades a análise de resíduos de agrotóxicos, desenvolvida no Laboratório de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, chamado de *LabTox*.

Hoje, o *LabTox* dá suporte técnico para a exportação de frutas cultivadas em diferentes regiões do país, como: uva e manga (PE, BA e CE), melão (RN e CE), lima ácida (PI), mamão (ES, RN, BA), citros (BA, SP), maçã (RS, SC). Realiza análises especializadas e creditadas, segundo normas aceitas internacionalmente (ISO/IEC-17025). Para tanto segue critérios rígidos de qualidade, exigidos pelos mercados importadores, em especial o europeu.

4. EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA DE UVA E DA QUALIDADE DO VINHO.

A área plantada de videiras no Rio Grande do Sul entre 1995 a 2007 variou segundo Mello, 2008, uma taxa de crescimento de 4,24% ao ano. A área do grupo das uvas americanas e híbridas tintas cresceu 3,90% ao ano enquanto do grupo americanas e híbridas brancas incrementou 5,37% ao ano. Para os cultivos de uva e vinho, além do cálculo no agrupamento, foram avaliadas situações específicas.

Para as uvas para vinho, tintas, a taxa de crescimento no período foi de 12,46% ao ano considerando todo o período. No entanto o autor observa que o maior crescimento se deu entre os anos de 1995 e 1999, com uma taxa de 22,26% ao ano. No caso das uvas para vinho, brancas, o modelo para o cálculo da taxa de crescimento não

apresentou um bom ajuste. Sendo assim, houve a necessidade de calcular duas taxas diversas. No período 1995 a 2003, o cultivo para vinho, brancas, apresentou uma taxa negativa de 2,41% ao ano, enquanto no período seguinte de 2003 a 2007, houve crescimento de 1,56% ao ano.

Porém, a grande mudança é qualitativa. A grande competição internacional leva à mudança de padrão e a disputa pelo mercado de luxo. Neste sentido a empresa Miolo reproduzindo o modelo francês passou a partir de 2008 a produzir o *Sesmarias* com seis variedades de uva. Foram produzidas 3 mil garrafas que custam R\$ 180 cada uma. Este preço é dezenas de vezes, o dos vinhos mais banais (BUENO, 2009).

5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SÃO PAULO E A PRODUÇÃO DE UVA E VINHO.

A agricultura pode produzir efeitos muito positivos para o planejamento regional, como é colocado no 1º Fórum de Desenvolvimento da região de Jundiaí, realizado dia 07/08/2009, quando se tratou de apontar propostas para o planejamento regional. Na ocasião Geraldo Alckmim, Secretário Estadual do Desenvolvimento no estado de São Paulo para o período de 2008 a 2012, foi taxativo ao tratar a agricultura, com destaque para produção de uva e vinhos, como um conceito importante para o desenvolvimento regional.

Para tanto ele apresentou medidas de planejamento: estímulo à atividade econômica de pequenos produtores e micro empresas, ações para o desenvolvimento regional tais como investimentos em ensino profissionalizante e projetos em infraestrutura (transportes) para o estado de São Paulo. Salienta os investimentos públicos para região de Santos, associados à descoberta do pré-sal e a implantação do trem de alta velocidade ligando o Rio de Janeiro à região de Campinas. A apresentação das propostas foi questionada devido a falta de investimento para exportações de bens e produtos agrícolas. Como resposta a esta dúvida Ricca, assessor do secretário, retrucou: “não estamos mais no século da tecnologia e da política de exportação, mas o do preço e da qualidade”.

Neste mesmo sentido o acordo sobre a agricultura na Organização Mundial do Comércio sustenta a necessidade de estabelecer um sistema de trocas agrícolas orientadas pelo mercado, reconhecendo, ao mesmo tempo, a importância de se levar em conta temas não diretamente comerciais (no trade concerns), como segurança alimentar e proteção ambiental. (ABRAMOVAY, 2002).

A vitivinicultura paulista é hoje marcada por uma nova organização territorial da produção, pelo resgate das “vocações regionais” e pela valorização dos territórios de

produção. Território de produção traduz *terroir* que é um termo de origem francesa e que provém do latim popular (*territorium*). Significa originalmente uma extensão limitada de terra considerada do ponto de vista de suas aptidões agrícolas, particularmente à produção de uva e vinho. Usa-se também a expressão produtos de *terroir* para designar um produto próprio de uma área limitada.

O *terroir*, na ampliação do conceito desenvolvido por geógrafos franceses, é um conjunto de terras sob a ação de uma coletividade social congregada por relações familiares e culturais e por tradições de defesa comum e de solidariedade da exploração de seus produtos. O *terroir* refere-se às características naturais de um sítio, tais como solo, rocha, relevo e clima, que potencialmente determinam tipicidade aos vinhos produzidos em um local. A integração de dados de natureza diversa num sistema de informação geográfica (SIG) em escala semidetalhada auxilia a escolha de critérios que identifiquem *terroirs* potenciais em regiões (HOFF, 2008).

Portanto a competitividade do vinho está cada vez mais relacionada às vantagens da produção derivadas da interação entre o meio natural e os fatores humanos do território. Nesta perspectiva, Verdi (2008) analisa os atributos territoriais específicos da aglomeração de produção de uva e vinho da região de Jundiaí-SP.

Para tanto, Verdi (2008) utilizou informações obtidas no diagnóstico tecnológico dos produtores de uva e vinho da região, integrantes do projeto coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro-Pequeñas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE/SP.

Dentre os principais resultados, pode-se citar que a proximidade geográfica entre os produtores da região permitiu a difusão dos conhecimentos tácitos em torno da vitivinicultura, fato muito importante para a construção da tradição e da identidade regional. A cultura italiana constitui um recurso importante neste contexto atual.

Assim, ativar e especificar os recursos territoriais da aglomeração ou de um determinado grupo social envolve o reconhecimento e divulgação da tipicidade do vinho regional baseada no processamento dos cultivos mais emblemáticos, além da busca pela maior eficiência da governança entre os agentes da aglomeração e pelo resgate dos costumes e da tradição regional.(VERDI, 2008).

Hernandez (2008) coloca que a intensificação do turismo rural no interior do Estado de São Paulo tem estimulado a produção de vinho artesanal, mas a revitalização da vitivinicultura está restrita pela falta de informações sobre o comportamento das variedades de uvas nas condições climáticas regionais. Avaliou em sua pesquisa o comportamento produtivo dos cultivos de variedades híbridas e americanas de uva

para vinho, no Centro de Fruticultura do IAC em Jundiaí, SP, nos ciclos 2000/01 a 2002/03, em poda de inverno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o planejamento regional no Brasil pode ser incrementado pelos exemplos estratégicos de outros países, especialmente a chilena, valorizando-se os atributos territoriais a partir de setores produtivos específicos.

As experiências positivas e negativas que auxiliam no desenvolvimento econômico do setor produtivo da uva e do vinho. Por isso, considera-se como um instrumento que deve ser resgatado pelas políticas públicas de forma mais racional e eficiente. Destaca-se no planejamento o fato de potencializar os setores produtivos e da produção de uva e vinho, com a finalidade de estimular regiões locais e promover o desenvolvimento regional.

Assim, a dinamização sustentável do espaço rural a partir das novas tecnologias e de pesquisas voltadas para o agronegócio deste setor poderão ser implementadas e se poderá elaborar uma política pública no Brasil para auxiliar no desenvolvimento espacial de regiões, a partir do setor da uva e vinho.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia. *Economia Rural* vol. 40, nº 2:235-264, abr/jun 2002.

ARAÚJO, Adélia Cristina Pessoa. A qualidade da uva de mesa brasileira face aos padrões do mercado internacional: aspectos relacionados a resíduos de agrotóxicos. Anais do XII Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia 22 a 24 de Setembro de 2008, Bento Gonçalves, RGS, Brasil

Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/anais/cbve12/> Acesso em:Jun/2009.

BEDRRACK, Moisés. A estratégia de desenvolvimento espacial no Chile(1970-1973)

BUENO, Sérgio. Vinho Nacional Começa a Disputar o Mercado de Luxo. *Valor Econômico* 24, 25 e 26 de julho de 2009.

CABRAL, Alexandre Moura.Uma abordagem histórica sobre a produção de vinhos na Região da Serra Gaúcha. Anais do XII Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia. 17 a 20 de agosto de 2004, Recife e Petrolina, PE, Brasil

HERNANDES, José Luiz et all. Fenologia e produção de cultivares americanas e híbridas de uvas para vinho, em Jundiaí (SP) Anais do XII Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia. 17 a 20 de agosto de 2004, Recife e Petrolina, PE, Brasil

HOFF, Rosemary et all. Dados temáticos de fatores naturais integrados em SIG para a caracterização de terroir potenciais para a viticultura em Pinheiro Machado, Serra do Sudeste, Brasil. Anais do XII Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia. 17 a 20 de agosto de 2004, Recife e Petrolina, PE, Brasil

MELLO, Maria Ribeiro de Mello et all. Evolução da área plantada de videiras no Rio Grande do Sul-1995 a 2007.

MEYEN, Carolina da Gama; URSO, Débora B; IKUNO, Laura L. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO TECNOLÓGICO – CTC. Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos. Disc. Engenharia Bioquímica. professor: Agenor Furigo Junior, UFSC: 2005.

RIGHI, Roberto. O Significado e Perspectivas do Patrimônio Urbanístico de Ouro Preto. 9º Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural, Itajaí, 2006.

SOUSA, Julio Seabra Inglês de; MARTINS, Fernando Picarelli. Viticultura Brasileira: Principais variedades e suas características. FEALQ. Piracicaba, 2002.

VERDI, Adriana Renata e OJIMA, Andréa L. R de O., Contribuições para a vitivinicultura paulista. Anais do XII Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia. 17 a 20 de agosto de 2004, Recife e Petrolina, PE, Brasil